

**JUNTA DE CIVILIZAÇÃO E CONQUISTA DOS ÍNDIOS E NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE:
fronteiras, conflitos e apropriação de espaços (1808 - 1822).**

Tarcísio Glauco da Silva * - PPG-UFES

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – nível de Mestrado – da Universidade Federal do Espírito Santo.

Nosso objeto de pesquisa é a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, junta militar criada através de Carta Régia ¹ do Príncipe D. João com o objetivo de declarar guerra aos índios botocudos ².

Nossa pesquisa sobre a Junta baseia-se em Livros de Atas que podem fornecer dados sobre o dia-a-dia dessa Junta e como foi sua atuação no sentido de cumprir os objetivos propostos de abertura de parte do território da capitania de Minas Gerais ainda pouco explorados no início do século XIX. No que se refere à pesquisa bibliográfica, procuramos fazer um diálogo com áreas que nos permitam obter ferramentas para nossa argumentação, como por exemplo a Geografia, a Antropologia e, claro, a História para situar e contextualizar as discussões bibliográficas e auxiliar na análise documental a ser feita.

A parte inicial de nosso trabalho consiste em discutir as iniciativas de exploração das regiões leste e parte da mata da capitania mineira durante o século XVIII. O objetivo desse estudo é procurar mostrar que a Junta Militar já citada não foi a primeira tentativa de exploração e apropriação dessa parte do território mineiro. Através da leitura de documentos dos governadores daquela capitania, notamos que essa exploração se dá desde a década de 1730 e se prolonga por todo o século XVIII, mostrando que a área, mesmo não estando

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Mestrado em História Social das Relações Políticas.

¹ Carta Régia de constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce de 13 de maio de 1808, emitida pelo Príncipe Regente D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Arquivo Público Mineiro. Sessão Colonial (SC) Códice 335.

² Botucudo era uma denominação depreciativa e genérica cunhada por portugueses e brasileiros para identificar grupos indígenas diversos. Aplicou-se, nesse caso, aos índios da língua chamada Borun, da família lingüística Macro-Jê, que habitavam os territórios compreendidos por partes da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Cf. MOREL, Marco. *Independência, vida e morte: os contatos com os botocudos durante o Primeiro Reinado*. Dimensões n.º. 14. Revista de História da UFES. Vitória. CCHN Publicações. 2002.

entre as principais regiões produtoras de ouro e pedras preciosas, já era alvo de atenção daqueles governantes.

A primeira exploração que temos notícia se deu logo em 1734 através de uma expedição autorizada pelo governador André de Melo e Castro, conde de Galvêas, onde o mestre-de-campo Mathias Barbosa explora uma área do rio Doce e seus afluentes com o objetivo de combater o gentio bravo e explorar novas terras ³. Depois, ao longo de todo o século XVIII alguns governadores como Gomes Freire de Andrade, D. Rodrigo José de Menezes e Luiz Cunha de Menezes enviaram expedições ou estiveram presentes naquela área com o intuito de incentivar novas explorações ou organizar a ocupação que era feita, algumas vezes, à revelia do controle da Coroa Portuguesa.

Deparamos, no decorrer da pesquisa, com o termo *área proibida* e nos detivemos numa pequena discussão na qual procuramos mostrar que esse termo foi utilizado de modo bastante dúbio. Essa discussão nos levou à conclusão de que a área leste da capitania mineira não era, de fato, fechada. ⁴

Nessa primeira parte procuramos discutir, ainda, a questão do avanço da fronteira demográfica, das frentes de expansão e a fronteira como local de encontro das diferenças.

Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular ... Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos [o índio e o 'civilizado']. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.⁵

A fronteira pode ser vista, também, como o local de expansão continuada para partes do território ainda não exploradas que, iniciado desde o descobrimento do Brasil, vai incorporando as partes pouco conhecidas ou fundos territoriais.

³ LOPES, Manuel Caetano. *Expedição na zona do rio Doce pelo Mestre de Campo Matias Barboza da Silva (1734)*.RAPM. Anno 4. Pág. 769 a 772. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1899. .

⁴ A discussão foi por nós apresentada na forma de comunicação ao V Encontro Regional de História da ANPUH – ES sob o título : *De área proibida à fronteira em expansão: apropriação de espaços nas regiões leste e mata mineira no século XVIII*, realizado na Universidade Federal Espírito Santo de 13 a 16 dezembro 2004.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Hucitec. 1997. Pág. 150 e 151.

[Fundos territoriais] são constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalados na cartografia da época ... Trata-se dos sertões, das fronteiras, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos 'naturais' ... Tal categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da Metrópole, sendo portanto, mais bem definidos com fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana.⁶

É essa necessidade de exercer de forma efetiva a sua jurisdição que a Metrópole Portuguesa, através do governo da Capitania de Minas Gerais, promove a expansão da área de sua atuação. Além disso, a pressão pelo aumento da extração mineral e das áreas com possibilidade de aproveitamento agrícola, poderia fazer com que a apropriação de novos espaços resultasse, teoricamente, num aumento do fluxo de riquezas para a Metrópole.

A valorização colonial do espaço, apesar de objetivar um padrão de assentamento voltado para fora, avança internamente através de um movimento de forte caráter extensivo. Isso significa que a riqueza gerada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, tal situação sendo válida tanto para a expansão aureolar da fronteira agrícola e/ou pecuária, quanto para a dilatação das zonas de trânsito, onde se encontram as 'riquezas do sertão' (os índios, os metais preciosos e as especiarias). Por isso o móvel da conquista não se restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais.⁷

Assim a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce é pensada e criada para ter um papel central na zona de fronteira compreendida entre parte do leste mineiro e a capitania do Espírito Santo, um local que, como já dissemos, fora alvo de diversas expedições ao longo do século XVIII, mas ainda continuava fora do 'espaço oficial' da Capitania Mineira. A necessidade de compensar a queda da produção mineral e da arrecadação de impostos, bem como proporcionar um local o mais seguro possível para a expansão de sua fronteira, fazia com que o governo da Capitania se voltasse para suas áreas ainda não conquistadas.

As referidas expedições podem nos assegurar que o território jurisdicionado à Junta,

⁶ MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec. 2002. Pág. 88.

⁷ MORAES, Antonio C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo, Hucitec. 2000. Pág. 275.

se não era totalmente conhecido, também não era estranho aos habitantes e ao governo da Capitania Mineira. O grande problema citado pelos que estiveram na área era a ‘ferocidade dos índios botocudos que infestavam as matas’. O deslocamento da população faz com que os atritos com os gentios tornem-se cada vez mais crítico, levando o governo da Capitania a buscar soluções para garantir a segurança dos ‘reais vassallos’. Em reunião 12 de fevereiro de 1806 foi feita, ao governo Português, uma proposta de modificação da estrutura militar da região, proposta essa que aparentemente foi aceita, já que certas guarnições militares da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce seguem, em parte, o que foi solicitado ⁸.

Cançado e orrorizado de ouvir o grito dos miseraveis Povos, que confrontão com a Matta geral e Aquem do Rio doce no termo da Cidade Mariana, pela Carnagem brava , e insaciavel com que tem sido atacados, mortos e devorados pelo Barbaro Antropofago Gentio Botocudo, sendo obrigados a abandonar Fazendas de cultura, e mineração, depois já de cultivados a preço de se seu trabalho, como por vezes me tem sido presente em repetidas Representações dos Povos ... estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas a taes distancias ...⁹

A idéia de fazer uso da força para conter e expulsar o gentio estava dentro da lógica de expansão colonial.

Partimos, assim, da constatação de que qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Ela é um espaço novo, na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercia essa expansão. A violência e a expropriação são assim dados irreduzíveis desse processo, variando em grau, mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica, assim, antes de mais nada, uma hierarquia entre sociedades e lugares.¹⁰

A partir do momento que a fronteira de colonização ia se alargando, tomando novas

⁸ A descrição proposta nessa Ata é pertinente com o documento constante na página 38 do códice SC 34 de 24 abril 1811 do Arquivo Público Mineiro, onde são definidas as áreas de atuação das Divisões Militares da Junta. Os limites propostos foram comparados, ainda, com a divisão descrita por Espíndola no mapa em que este autor descreve a localização dos quartéis das Divisões Militares do Rio Doce. Cf. ESPÍNDOLA, Salmem Haruf. *Sertão do rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas da USP. Defesa realizada em 07 novembro 2000.

⁹ *Ata da reunião da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real de 01 fevereiro 1806*. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM) Ano III 1898 páginas 743 a 778. Neste e em outros documentos transcritos, será mantida a grafia original.

¹⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. Op. Cit. Pág. 143 e 144.

áreas, as comunidades indígenas viam seu modo de vida e sua relação territorial serem destruídas. Acostumados ao nomadismo com locais de coleta e formação de aldeias provisórias determinados pelo ritmo das estações de chuva e seca; bem como a um intrincado relacionamento territorial com as demais tribos, não havia como adaptar-se à nova realidade, onde o colonizador começava a romper o equilíbrio social e territorial. Desestruturadas as relações, além de terem de enfrentar o colonizador branco, as comunidades indígenas também se deparam com os conflitos entre elas pela posse e/ou exploração da parte do território ainda não conquistado e ocupado. A perspectiva de união com o branco também não era garantia de uma estabilização dessa situação, haja vista a incipiente provisão de recursos financeiros e materiais que a Coroa Portuguesa destinava às regiões de fronteira. Não só isso, mas a própria dificuldade de se chegar aos pontos mais longínquos e carentes, pela falta de infraestrutura de transportes e comunicações.

Além da falta de recursos, a presença crescente dos brancos no que até então era território predominantemente indígena causou um grande abalo na vida das tribos, que vagavam de um lado para o outro não mais dentro dos comportamentos nômades que marcavam sua organização social, mas em busca de auxílios que não chegavam e deparando-se a toda hora com novos invasores e frentes de expansão. As delimitações territoriais entre as tribos - elemento básico da vida desses povos - pulverizavam-se, desarticulando os limites e códigos: subsistência pelos terrenos de caça e colheita, relações intertribais, trocas, vinganças, tudo parecia ruir ...¹¹

Não só a desarticulação territorial, mas a própria destruição de aldeias inteiras com a morte da maioria dos homens adultos e aprisionamento de crianças e mulheres, isso quando não havia uma chacina da maioria dos membros da aldeia, no dizer da época, 'matar a aldeia', foi enfraquecendo física e culturalmente as sociedades indígenas. É certo que em várias ocasiões houve um revide; em outras, tribos ou grupos tentaram impedir que o colonizador tomasse as terras tradicionalmente utilizadas por eles. Não conseguiram, porém, evitar que isso acontecesse.

Assim, a discussão sobre os problemas e conseqüências advindas do contato entre luso-brasileiros e índios é feita na segunda parte do trabalho e procura mostrar como a

¹¹ MOREL, Marco. Op. Cit. Pág. 101.

expansão das fronteiras e a necessidade da incorporação de novos territórios nortearam essa ocupação.

Na terceira e última parte do trabalho, apresentamos e discutimos alguns documentos retirados dos Livros de Atas da Junta já citada. Sobre esses documentos gostaríamos de fazer algumas observações. A primeira é que essa base documental é composta de quatro livros de atas na qual são transcritas as ordens e diretrizes, tanto da Coroa Portuguesa quanto do governo da Capitania de Minas Gerais para a atuação da Junta, além ordens diversas e documentos administrativos trocados entre as sete Divisões que compunha a referida Junta. Já temos transcritos e ordenados dois desses livros, cerca de duzentos documentos. A segunda observação é que pretendemos, através da leitura e análise desses documentos, tentar recuperar a maneira pela qual se dava a atuação da junta militar encarregada de organizar essa 'nova' região.

Sabemos que é muito difícil, senão impossível, recuperar uma época através da análise documental. Nosso interesse maior em estudar esses documentos é contribuir para o estudo da região do leste mineiro no início do século XIX, notadamente a região do rio Doce.

Temos, das regiões do rio Mucuri e Jequitinhonha, algumas descrições deixadas por naturalistas estrangeiros que visitaram essas regiões. Maximilian Wied e Johann J. von Tschudi ¹² são alguns exemplos. Existem, ainda estudos específicos sobre a tentativa de Teófilo Otoni em erguer uma grande obra de colonização através da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri e da fazenda Filadélfia ¹³. Quanto à região do rio Doce, no entanto, as informações são esparsas. Apenas Sant-Hilaire ¹⁴ nos dá alguma referência sobre a área mas, seus escritos datam entre 1816 e 1822.

Nossa pesquisa tenta, justamente, reunir algumas informações sobre o primeiro momento de ocupação dessa área e nossa referência inicial é o ano de 1808, data de

¹² WIED, Maximilian Prinz von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp. 1989. TSCHUDI, J. von e HALFELD, H. G. F. *A província de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1998.

¹³ DUARTE, Regina Horta. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2002.

¹⁴ SANIT-HILARIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp 1974 e, do mesmo autor, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo Edusp. 2000.

constituição da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. Como já nos referimos, não se trata de uma tentativa de reconstituição mas sim da procura de indícios que são colhidos nos documentos e analisados à luz de outras pesquisas já realizadas, bem como da bibliografia existente sobre o período e que poderão nos ajudar a entender os primeiros movimentos de apropriação de espaços no leste da capitania mineira.

Alguns pontos, porém, são comuns na descrição dos naturalistas citados e de outros que também visitaram a região. A imensidão das matas que, se por um lado impedem a entrada aos sertões, por outro poderiam ser fontes de riquezas pela exploração de madeiras nobres e aproveitamento do solo para agricultura e pecuária, é uma delas. Essa floresta é, para os viajantes, um grande paradoxo: fonte de vida e morte, uma vez que pode prover riquezas e, também, trazer a morte com seus 'ares insalubres' e brejos pestilentos com mosquitos transmissores de febres letais. É da mata que vêm o outro ponto comum na descrição dos naturalistas: o temido índio botocudo, tido como antropófago, mesmo que essa prática tenha sido, por vezes, não comprovada ou exagerada é o assunto de maior fascínio e medo constante nas observações realizadas nas primeiras décadas do século XIX.

Esse fascínio e medo que os botucudos traziam aos estudiosos talvez sejam o mesmo que acometeu os primeiros povoadores da região no início do século XVIII e, em reposta, segundo relatos daquela época, aos seus ataques às fazendas e colonos é que a Coroa Portuguesa reagiu e tentou resolver com a criação da Junta do Rio Doce que tinha como objetivo principal objetivo a dominação das tribos ditas selvagens.

... Ordenar-vos em primeiro Lugar que desde o momento que receberdes esta Minha Carta Regia deveis considerar como principiada contra estes Indios e Antropophagos, huma Guerra ofenciva que continuareis sempre em todos os annos nas estaçoens secas e que não terrá fim, senão quando tiveres a felicidade de vos Senhorear de Suas Habitaçoens, e de os capacitr da superioridade da Minhas Reais Armas, de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas pessão a Paz ...¹⁵

Nossa pesquisa, assim colocada, procurará mostrar a atuação da Junta Militar do Rio

¹⁵ *Carta Régia* de 13 de maio de 1808, já citada.

Doce dentro do contexto de exploração de um novo território e pela aparente modificação da postura da Coroa Portuguesa frente aos índios, postura essa que parte de uma declaração de guerra para a apropriação de uma nova área.

É nessa fronteira, ponto de atritos e de encontro de temporalidades distintas, de universos culturais e imaginários também distintos entre luso-brasileiros e índios, que vai se repetir o encontro iniciado em 1500. Desde o primeiro contato com os portugueses, a história do Brasil, primeiro Colônia e depois já independente politicamente, pode ser considerada um grande movimento de fronteira. A cada nova parcela do território que ia sendo ocupada, outra se descortinava. Esse movimento de conquista e apropriação, ainda acontece, hoje, na última fronteira, a Amazônia. Ao propormos o estudo da atuação da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce no sertão mineiro, estamos estudando e analisando parte desse grande movimento de conquistas que consolidou parte de fronteiras brasileiras e moldou parte de nossa sociedade